

DIREITO À SEGURANÇA HUMANA

Garantia de Respostas de Emergência em Caso de Desastres Socioambientais

Os sistemas de alerta antecipados são fundamentais nas ações que visam redução de risco de desastres socioambientais, tais como perdas de vidas e impactos socioeconômicos. Acima de tudo, um sistema de alerta eficiente ajuda a garantir a permanência das famílias em sua residência, nos locais de origem, até que uma opção melhor a possibilite sair da área ameaçada ou uma medida estrutural torne o local seguro.

Tomando como base a Plataforma para a promoção de alerta antecipado, da UNISDR, o Centro Universitário de Estudos e Pesquisa sobre Desastres (CEPED) aponta quatro elementos básicos e essenciais no estabelecimento de sistemas de alerta: 1- conhecimento sobre os riscos, 2- serviços de monitoramento e alerta, 3- disseminação e comunicação e 4- capacidade de resposta.

Em termos de cidadania garantida para os casos de emergências, a questão de ter respostas à perda da própria casa e ter um local para morar é crucial. A falta de conhecimento técnico na identificação dos locais apro-

priados para construção, a própria construção muitas vezes improvisada, a ocupação e mecanismos que prejudicam o meio ambiente colocam em risco a vida de famílias inteiras que passam a viver em áreas de risco.

Os programas habitacionais para realocação de população em área de risco devem ser considerados pelos municípios que possuem parte da população carente de uma moradia digna. Estes programas podem ser desenvolvidos na forma de reassentamento em empreendimento de habitação de interesse social, pagamento de aluguel social ou similar, indenização da benfeitoria, compra de uma nova moradia, auxílio financeiro específico, entre outros.

As prefeituras, seguindo as diretrizes dos programas habitacionais do Estado e Governo Federal devem buscar verbas ou criar recursos próprios afim de desenvolver projetos que garantam previamente a opção das pessoas em área de risco de escolher uma nova moradia.

Essa escolha deve se dar mediante condições acessíveis de aquisição da nova moradia e mediante a garantia de programas habitacionais, e sua efetivação, a partir de princípios que respeitem valores caros aos moradores e moradoras como: poder habitar em locais próximos da antiga moradia, em áreas assistidas pelos serviços públicos como luz, redes de água, esgoto, transporte, etc. e onde possam ser mantidos os vínculos sociais, econômicos e afetivos dos moradores com o local onde residiam.

ETAPAS PARA ESTABELECIMENTO DE SISTEMA DE ALERTA SEGUNDO UNISDR

FONTE: CEPED/UFSC. CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES. [HTTP://WWW.CEPED.UFSC.BR](http://www.ceped.ufsc.br)
ACESSO EM 23/11/2015.

1. CONHECIMENTO SOBRE OS RISCOS

COLETAR E REALIZAR AVALIAÇÕES DE RISCO SISTEMATICAMENTE

- As ameaças e as vulnerabilidades são conhecidas?
- Quais são os padrões e tendências destes fatores?
- Os mapas de risco e os dados são avaliados?

2. SERVIÇO DE MONITORAMENTO E ALERTA

DESENVOLVER MONITORAMENTO DE AMEAÇAS E SERVIÇO DE AVISO PRÉVIO

- Os parâmetros certos estão sendo monitorados?
- Existe uma base científica para realizar as previsões?
- Avisos podem ser gerados de forma oportuna e precisa?

3. DISSEMINAÇÃO E COMUNICAÇÃO

COMUNICAR INFORMAÇÕES DE RISCO E AVISO PRÉVIO

- Os avisos chegam a todos aqueles que estão em risco?
- Os riscos e avisos são entendidos?
- As informações de aviso são claras e úteis?

4. CAPACIDADE DE RESPOSTA

CONSTRUIR CAPACIDADE DE RESPOSTA A NÍVEL NACIONAL E COMUNITÁRIO

- Os planos de resposta são testados e atualizados?
- São usados as capacidades e conhecimento locais?
- As pessoas estão preparadas e prontas para agir aos alertas?

A existência de programas que garantam a possibilidade de pessoas em área de risco saírem para áreas e habitações seguras são fundamentais nos municípios da AAI. Entretanto, dados da MUNIC de 2013 mostram que apenas os municípios de Nova Friburgo, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Rio Bonito, Tanguá e São Gonçalo declaram possuir esse tipo de programa habitacional para a população de baixa renda em área de risco.

O desenvolvimento de sistemas de alertas prévios exige, portanto, um conhecimento amplo, tanto do poder público, quanto da comunidade, sobre as situações de risco, os lugares e as formas de comunicação e ações de segurança em caso de ameaças.

Na AAI, apenas Nova Friburgo, Teresópolis e Magé declaram à MUNIC possuírem algum tipo de sistema de alerta prévio que garanta a Segurança Humana em casos de ameaças de desastres socioambientais. Entretanto, há controvérsias na voz de quem vive e conhece de perto os problemas do seu município.

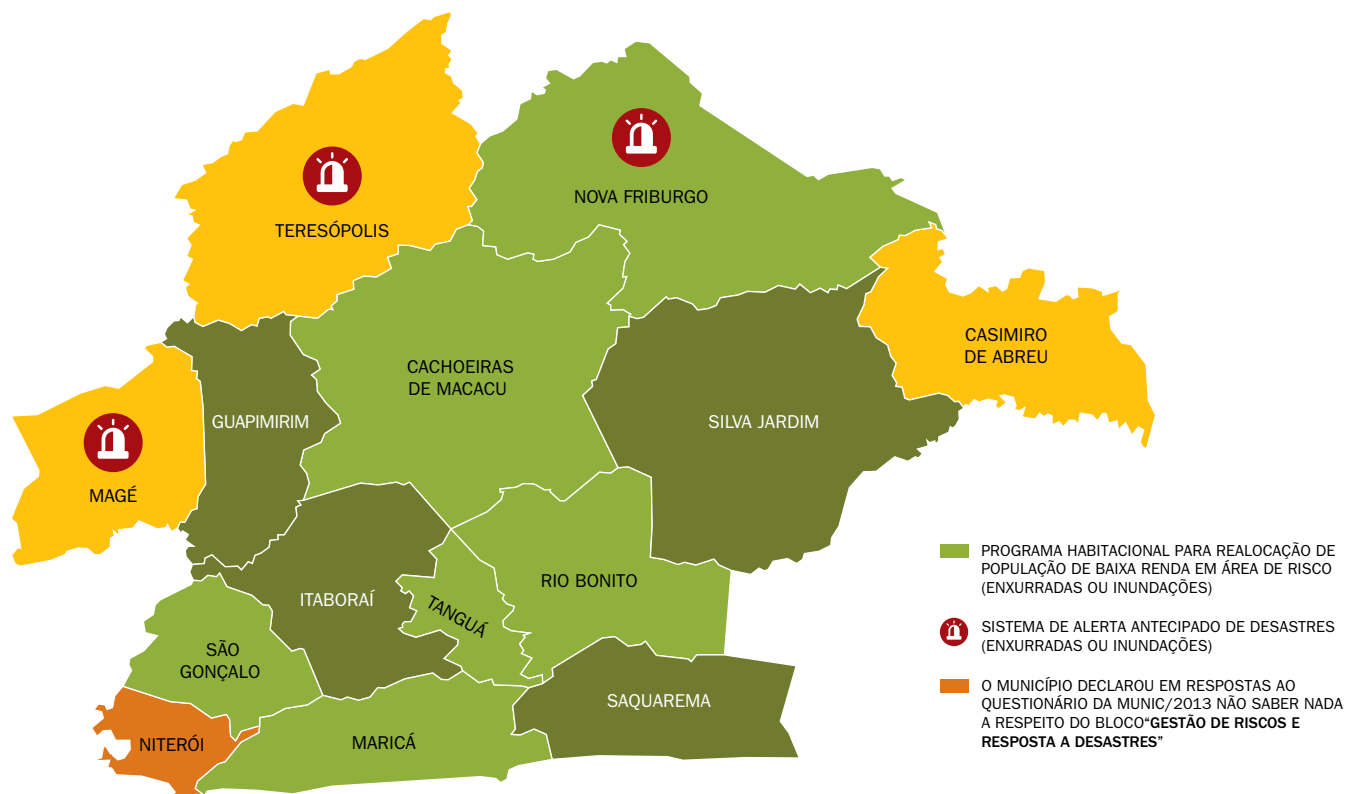
Abaixo temos o mapa do indicador *Direito à Segurança Humana: Garantia de respostas de emergência em caso de desastres socioambientais*, mostrando os municípios que declaram possuir instrumentos para Segurança Humana em situações de emergência e no pós-evento, como o sistema de alerta antecipado e o programa habitacional para realocação de população de baixa renda em área de risco, cuidando assim para que a população do município possa ser informada previamente sobre possíveis desastres e contar com uma base mínima de apoio para dar continuidade à sua vida com dignidade.

É necessário considerar, nesses dados, a confiabilidade das informações passada pelas prefeituras à MUNIC/2013, uma vez que segundo dados do INEA e em sites da Defesa Civil, existem sistemas de alertas implantados e em funcionamento em Teresópolis, Niterói, Nova Friburgo, São Gonçalo e Magé (CIEM/INEA).

DIREITO À SEGURANÇA HUMANA

GARANTIA DE RESPOSTAS DE EMERGÊNCIA EM CASO DE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

FONTE: MUNIC / 2013



Quanto aos programas habitacionais, identificamos que na Região Serrana (Nova Friburgo e Teresópolis) bem como em Niterói, ocorrem atualmente vários problemas relacionados à moradia devido à precariedade dos programas habitacionais para realocação da população de baixa renda em área de risco.

Em Nova Friburgo, 1.857 unidades habitacionais foram entregues até 2015, sendo 96 apartamentos do Conjunto Habitacional Vista Bela, no bairro Floresta, 61 casas modulares, no Parque das Flores e 1.700, dos 2.300 apartamentos (43m² cada) previstos, nos Condomínios Terra Nova, na estrada entre Conselheiro Paulino e Riograndina. As obras dos Condomínios Terra Nova são financiadas pelo programa Minha Casa Minha Vida, com recursos dos governos federal, estadual e municipal e a Caixa Econômica Federal.

Em Niterói, após o desmoronamento do Morro do Bumba, uma das pessoas atingidas pelo desastre nos relatou que ainda há famílias que não conseguiram sua moradia, apesar do Condomínio Viçoso Jardim, construído com 147 unidades habitacionais (com 36,1 m² cada) ter sido destinado aos desabrigados das chuvas de 2010. Este condomínio teve sérios problemas com rachaduras e infiltrações, alguns apartamentos foram entregues sem piso e sem janelas. Muitas famílias também foram para um condomínio no bairro de Várzea das Moças.

Problemas semelhantes acontecem com o Condomínio Zilda Arns, que vem sendo construído no bairro Fonseca pelo programa Minha Casa Minha Vida e financiamento da Caixa Econômica Federal. Esse Condomínio apresenta problemas como falta de nível dos pisos, vazamentos, rachaduras, portas que não fecham e ferrugem em caixas d'água.

Ainda hoje existem famílias morando em áreas de risco nas proximidades do morro que caiu.

“Segundo a prefeitura de Niterói, 30 famílias do Morro do Bumba estão entre as 2.859 em toda a cidade que ainda recebem aluguel social e aguardam a entrega de apartamentos de programas governamentais para fazer a mudança. A Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, que paga os benefícios, afirma que o total é 2.285.” (EBC, 2015.)

Em Teresópolis, as vítimas da tragédia de 2011 enfrentam sérios problemas com as medidas adotadas para assegurar uma nova moradia. A construção do Conjunto Habitacional Parque Ermitage, na Fazenda Ermitage, à beira da BR-116 (Rio-Bahia), passou por problemas com a liberação do terreno, problemas burocráticos e agora passa pela espera da construção de um Viaduto para liberar 700 dos 1.600 apartamentos (43,23m² cada) previstos. A entrega dos apartamentos estava prevista para 2014, e agora, a previsão deve ser para fevereiro de 2017.

O Conjunto Habitacional Parque Ermitage pretende reunir vítimas da tragédia de 2011 oriundas de diversos bairros, que hoje vivem no Aluguel Social, assim como nosso informante. A Associação de Vítimas da Tragédia de 2011 (AVIT) e a concessionária que administra a rodovia concordaram que a ocupação do condomínio seja feita somente após a construção desse viaduto, para evitar que as famílias que sobreviveram à Tragédia não tenham sua Segurança Humana novamente ameaçada, já que esse trecho da rodovia possui um altíssimo índice de acidentes.

FICHA TÉCNICA

ENUNCIADO DO INDICADOR	Direito à Segurança Humana: Garantia de respostas de emergência em caso de desastres socioambientais
DEFINIÇÃO/ CONCEITOS	Mapa com os municípios que possuem algum programa habitacional para realocação de população de baixa renda em área de risco e algum sistema de alerta antecipado
FONTE DE PESQUISA	MUNIC
ANO DE REFERÊNCIA	2013
TIPO DE MEDIDA	Registro de existência
VARIÁVEIS	Existência ou não de programa habitacional para realocação de população de baixa renda em área de risco e sistema de alerta antecipado